**SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA****DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO**

Diretora Executiva: Adriana Lage de Faria Navarro, em exercício.

**HOMOLOGAÇÃO**

Para que produza os efeitos legais e de acordo com a delegação de poderes prevista na Portaria nº. 1.839 de 08.12.2005 homologo a licitação abaixo:

**Processo:** nº 838/2013**Licitação:** nº 078/2013**Modalidade:** Pregão Eletrônico**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de substituição do padrão de energia do prédio do Fórum da Comarca de Carlos Chagas.**LOTE ÚNICO:** DESERTO**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
Julgamento da Habilitação**

Licitação nº. 026/2013

Processo nº. 0174/2013

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto: Reforma e adaptações do fórum da Comarca de Itaúna.

Foram julgadas HABILITADAS as seguintes empresas:

- Ether Construções Ltda.
- Tema Incorporação e Construção Ltda.

Foram julgadas INABILITADAS as empresas:

- Construtora Astúrias Ltda.
- Mosteiro Engenharia Ltda.

Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em 05/08/2013

Comissão de Licitação

**GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**Gerente: Daniela Ataíde Giovannini  
05.08.2013**CONTRATO – EXTRATO**

Robson Saltori Ladeira e Marcilene do Carmo Ladeira - Ct. 294/2013 de 01.08.2013. Processo: 1238/2013 - Objeto: Locação do ponto comercial, destinado à instalação e ao funcionamento do Arquivo Judicial do Fórum da Comarca de Guarani/MG. Vigência: 01.08.2013 a 01.08.2018. - Valor do Ct.: R\$ 57.000,00 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.36.11 - Locação de Imóveis - Pessoa Física.

**TERMOS ADITIVOS – CONTRATOS (EXTRATOS)**

Bem Engenharia Ltda – 5ªTA de 05.08.2013 ao Ct. 070/2012 de 29.02.2012 – Processo: 1317/2013 - Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência e acréscimo no valor-Vigência: 05.08.2013 a 28.01.2015 – Valor: R\$ 1.579.359,68 - Dotação Orçamentária 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.22 – Reparos de Bens Imóveis.

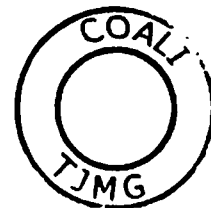
Adik Software Ltda. – 1ªTA de 19.07.2013 ao Ct. 305/2011 de 20.07.2011 - Processo:1326/2013 – Objeto: Prorrogação do prazo de vigência-Vigência: 20.07.2013 a 20.07.2014 – Valor do termo: 179.530,76 - Dotação Orçamentária nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 – Serviços de Tecnologia da Informação.(Republicado por incorreção).

**CONVÊNIO – EXTRATO**



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO JULGAMENTO HABILITAÇÃO



Licitação nº. 026/2013

Modalidade: Tomada de Preços

Processo nº. 0174/2013

Objeto: Serviços de reforma e adaptações no fórum da Comarca de Itaúna

Aos cinco dias do mês de agosto de 2013, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para deliberar acerca dos documentos apresentados para habilitação da Licitação acima identificada.

Encerrada a reunião de abertura dos envelopes de habilitação em 19/06/2013, esta Comissão decidiu convocar a equipe técnica da Gerência de Projetos - GEPRO - da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial - DENGEP - para que efetuassem a análise e parecer acerca da aceitabilidade dos documentos referentes à qualificação técnica, apresentados pelas empresas: **Construtora Astúrias Ltda., Ether Construções Ltda., Mosteiro Engenharia Ltda. e Tema Incorporação e Construção Ltda.**, participantes deste certame.

Feita a análise dos documentos, em 28/06/2013 foi encaminhado a esta Comissão o parecer solicitado, por intermédio da CI/GEPRO nº. 0678/13, contendo as informações relativas à análise da documentação técnica apresentada pelas empresas acima elencadas e que passam a compor a parte da exposição de motivos do julgamento desta habilitação, na qual é informado o seguinte:

"Conforme solicitação, estamos enviando análise e parecer acerca da documentação prevista no item 9.1.6. - Para a qualificação técnica do edital em referência:

### 1 - CONSTRUTORA ASTÚRIAS LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Antônio Orlando Álvares da Silva - Engenheiro Civil - Sócio

1.1. - Não foram apresentadas as CAT's (Certidão de Acervo Técnico) referentes aos atestados de obras executadas para o TJMG.

1.2. - Os demais atestados apresentados pela licitante não guardam similaridade com a definição de edificação conforme item 9.1.6.b).5.



# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

## Conclusão:

A empresa não atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.6. do Edital.

## 2 MOSTEIRO ENGENHARIA LTDA. - EPP

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Frederico Prates Goulart Pinto Côrrea / Engenheiro Civil
NOME/TÍTULO	Wagner Vilaça Alonso / Engenheiro Eletricista

2.1. - A licitante, apesar de ter indicado como responsáveis técnicos, os engenheiros Frederico Prates Goulart Pinto Côrrea e Wagner Vilaça Alonso, para as atividades de instalações elétricas de baixa tensão, não apresentou a comprovação do vínculo profissional formal dos responsáveis técnicos, conforme item 9.1.6.b.1) do Edital. Os atestados e respectivas CAT's apresentadas atendem ao item 9.1.6 do Edital.

## Conclusão:

A empresa não atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.6 do edital.

## 3 - TEMA INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Marco Antônio Cardoso / Engenheiro Civil - Sócio

## Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4 do edital.

## 4 - ETHER CONSTRUÇÕES LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Augusto César Silveira Passos / Engenheiro Civil - funcionário

1.1. - Apesar do atestado da Prefeitura Municipal de Brumadinho citar o engenheiro Augusto César Silveira Passos como responsável pela obra, a certidão nº 1420130008432 do CREA-MG não indica em seu campo de "atividade técnica" a execução de instalações elétricas de baixa tensão.

1.2. Apesar do atestado da Caixa Escolar São Tomaz de Aquino citar o engenheiro Augusto César Silveira Passos como responsável pela obra, a certidão nº 1420130002803 do CREA-MG não indica em seu campo de "atividade técnica" a execução de instalações elétricas de baixa tensão.



## Conclusão:

A empresa **não** atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.2.4 do edital.

Em face do parecer exarado pela GEPRO, a Comissão decidiu analisar a documentação de qualificação técnica apresentada pelas empresas, com a finalidade de ratificar as informações nele contidas. Ao examinar a documentação da licitante Ether Construções Ltda., verificou-se que a execução de atividade “instalações elétricas” constava simultaneamente dos dois atestados apresentados pela empresa (Prefeitura Municipal de Brumadinho e Caixa Escolar São Tomaz de Aquino). Diante deste fato e da prerrogativa conferida pelo subitem 9.1.9 do edital, que faculta à Comissão efetuar consulta, obter informações e extrair documentos de sítios eletrônicos oficiais, foi verificado junto ao site do CREA/MG, as ART'S (anotações de responsabilidade técnica do profissional), vinculadas às certidões de acervo técnico apresentadas.

Considerando que tanto na ART nº 1421300000001169878 vinculada a CAT nº 1420130008432, referente à obra executada na Prefeitura Municipal de Brumadinho, quanto na ART nº 14201100000000013204 vinculada a CAT nº 1420130002803, referente à obra da Caixa Escolar São Tomaz de Aquino, no campo 9 - Informações, contavam as referências “ELETR./BAIXA TENSÃO CI < 50KW”, a Comissão solicitou a GEPRO que fizesse nova análise dos atestados, considerando a nova informação adicionada.

Efetuada a análise solicitada, a GEPRO, por intermédio da CI nº 0745/2013, confirmou o entendimento informado anteriormente na CI/678/2013/GEPRO e solicitou a Comissão o seguinte:

(...) 2. Que seja feita diligência ao CREA-MG para verificação do item 1.1 e 1.2, ou seja, se a responsabilidade técnica do Eng. Augusto Cesar Silveira Passos, nas referidas CAT's abrange o item “instalações elétricas de baixa tensão”. (...)

A Comissão então encaminhou, em 08/07/2013, ao CREA/MG o Ofício nº 005/2013 solicitando os esclarecimentos pretendidos pela GEPRO e, em 22/07/2013, recebeu a resposta, por intermédio do Ofício nº 092/GAA/2013, endossado pelo Engº. Agrônomo Gilberto da Silva Porto Reis, Supervisor de Registro e Acervo do CREA-MG, informando o seguinte:

(...) - O Atestado Técnico emitido pela Prefeitura Municipal de Brumadinho que acompanha a CAT nº 1420130008432 menciona no item 16.1, Instalações Elétricas, com unidade de 1,00 vb. A ART

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

respectiva relacionada ao contrato e consequente atestado, incluiu o nível de atuação "execução" e a atividade técnica "execução de instalação" em edificações para fins hospitalares, na área de atuação "elétrica/baixa tensão", que é o que se refere ao objeto da consulta.

- O Atestado Técnico emitido pela Caixa Escolar São Tomaz de Aquino, de Esmeraldas que acompanha a CAT nº 1420110002803 menciona no item 100000 e seus subitens, Instalação Elétrica. A ART respectiva relacionada ao contrato e consequente atestado, incluiu o nível de atuação "execução" e a atividade técnica "execução de instalação" em edificações para fins educacionais, na área de atuação "elétrica/baixa tensão", que é o que se refere ao objeto da consulta.

Os itens se referem à construção de unidade básica de saúde e reforma e ampliação de uma escola estadual, onde os mais relevantes são as obras civis propriamente ditas, cabendo à comissão aceitá-los como de relevância ou não, visto que em uma obra civil desta natureza, as instalações elétricas são itens complementares. (...)

Este ofício foi repassado à GEPRO para análise e parecer que, reconsiderando seu entendimento anterior, por intermédio da CI 0847/2013, que juntamente com os demais documentos encaminhados, passam a compor a parte da exposição de motivos do julgamento desta habilitação, expôs o seguinte:

"Após nova análise da documentação da ETHER CONSTRUÇÕES LTDA e diante da solicitação constante da CI nº 021/2013 da Comissão Permanente de Licitação, listamos as considerações a seguir, em relação ao item 9.1.6 - qualificação técnica do edital em referência:

#### 4 - ETHER CONSTRUÇÕES LTDA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO COM VÍNCULO PROFISSIONAL COMPROVADO	
NOME/TÍTULO	Augusto César Silveira Passos / Engenheiro Civil - funcionário

#### Conclusão:

A empresa atende às exigências de qualificação técnica, dispostas no item 9.1.6 do edital".

Com relação à relevância da parcela de instalações elétricas para a qualificação técnica desta licitação, a Comissão esclarece o seguinte:

- i. as exigências referentes à qualificação técnica constantes do Edital de Licitação são elaboradas com base nas notas técnicas apresentadas pela área técnica demandante do objeto da licitação, neste caso, a GEPRO;
- ii. a GEPRO no que se refere às exigências de qualificação técnica fixadas no Projeto Básico para elaboração do Edital, esclarece que o TJMG buscou

estabelecê-las de forma compatível com a dimensão e característica física da obra, conforme admitidas na Lei 8.666/93, nos termos do art. 30, II e seus parágrafos, na doutrina e na jurisprudência atuais sobre o tema, em especial no tocante às parcelas de maior relevância;

iii. Segundo ainda a área técnica, as exigências de capacidade técnico-profissional se justificam por contemplarem os itens de relevância técnica referentes ao escopo global da obra.

Dando prosseguimento ao julgamento da habilitação, a Comissão passou a analisar as razões apontadas pela GEPRO para não aceitação da documentação apresentada pela licitante Construtora Astúrias Ltda. Em que pese à empresa ter apresentado atestados de capacidade técnica emitidos pela Gerência de Fiscalização de Obras - GEOB do TJMG devidamente acompanhado das ART's, não anexou à documentação exigida as Certidões de Acervo Técnico - CAT's conforme exigido no subitem 9.1.6-b do instrumento convocatório.

A exigência da Certidão de Acervo Técnico - CAT na qualificação técnica dos licitantes vem com a finalidade de atender ao disposto nas Leis Federais nºs. 5.194 e 6.946, acompanhadas de diversas resoluções do CONFEA, ou seja, é o instrumento que certifica, para efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA a anotação de responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional. Desta forma, a Comissão entende ser indispensável o registro dos atestados apresentados e a consequente apresentação das certidões, tendo em vista tratar-se de requisitos de confiabilidade inafastável, porque é norma de ordem pública, estritamente destinada à proteção do interesse público. Aplica-se "*in casu*", impecavelmente, o conhecido princípio da indisponibilidade do interesse público - princípio primário do direito administrativo, mas que generalizadamente alcança todo o direito: - aquilo que é de interesse público é indisponível.

Com relação às considerações da GEPRO sobre a ausência da comprovação do vínculo profissional dos responsáveis técnicos, o Engenheiro Civil Frederico Prates Pinto Corrêa e o Engenheiro Eletricista Wagner Vilaça Alonso, a Comissão entende que este restou comprovado, pelos seguintes motivos:





## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- i. o Engenheiro Civil Frederico Prates tem seu vínculo com a empresa devidamente comprovado tanto pelo Cadastro de Fornecedores do Sistema Unificado de Fornecedores - SICAF, quanto pelo requerimento de enquadramento na condição de empresa de pequeno porte EPP, apresentado à JUCEMG devidamente ratificado pela Certidão Simplificada Digital do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, onde, em todos os documentos, figura como SÓCIO da empresa Mosteiro Engenharia Ltda.;
- ii. Os profissionais supramencionados figuram ainda como Responsáveis Técnicos, com vínculo profissional devidamente reconhecido, na Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, CREA-MG, sob o nº. 013750 e válida até 14/03/2014, devidamente acostada às fls. 186 dos autos, documento este apto à comprovação de vínculo profissional, conforme parecer proferido anteriormente pela Assessoria Técnica e Jurídica da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio - ASCONT do TJMG.

Feitas estas observações, a Comissão passou a análise e conferência do restante da documentação apresentada pelas empresas, no tocante a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, para a habilitação à licitação já identificada no *caput* deste documento. Todas as empresas atenderam plenamente ao exigido no edital, com exceção da empresa Mosteiro Engenharia Ltda., que não apresentou documento comprobatório do patrimônio líquido, conforme exigido no subitem 9.1.5-b.

Cumpre-nos registrar que a empresa Mosteiro Engenharia apresentou o registro cadastral do SICAF para sua habilitação ao certame, conforme prerrogativa facultada pelo subitem 9.1.2 do edital. Em consulta ao site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), a Comissão extraiu a cópia do relatório VI referente à regularidade econômico-financeira da empresa no SICAF, onde verificou não constar as informações relativas ao valor do patrimônio líquido daquela empresa.

Tendo em vista que o Patrimônio Líquido é um indicativo do balanço patrimonial resultante da diferença apurada entre os valores totais do ativo e o passivo da empresa, a Comissão solicitou à Coordenação de

# Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Apoio a Licitação – COALI, que verificasse, junto aos dados informados no relatório VI do SICAF, se seria possível calcular o valor do patrimônio líquido da empresa Mosteiro Engenharia. A COALI, após análise da documentação encaminhada, nos encaminhou a CI nº 135/2013, informando o seguinte:

“Após análise do relatório nível VI do Sicafe anexado à CI 020/2013, verificamos que as informações referentes ao Balanço Patrimonial informado não são conclusivas para se afirmar o valor correto do Patrimônio Líquido, pelos seguintes motivos:

- Nas informações da empresa Mosteiro Engenharia Ltda. no relatório Sicafe, faltam às informações de valores de outras contas para que a soma tanto do Ativo, quanto do Passivo totalizem R\$543.708,77.

- Foi verificado na tela de cadastro de informações do Sicafe (em anexo) que no campo Patrimônio Líquido somente é exigida a informação Capital Social, não havendo lugar para informar as outras contas que compõem o grupo, como Lucros ou Prejuízos Acumulados, Reservas de Capital, etc.

- Ratificamos que a fórmula de cálculo do Patrimônio Líquido, que é obtido pela diferença entre as contas do Ativo e do Passivo, porém no caso em questão esta lógica não convém ser aplicada, uma vez que não temos certeza dos valores complementares para o fechamento dos saldos do ativo e do passivo, somente sendo possível esta verificação através da análise do Balanço Patrimonial da empresa.”

De acordo com a Lei 8.666/93, em seu art. 31, §§ 2º e 3º, estabelece:

(...) § 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. (...) *grifos nossos.*



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Mesmo que a Comissão decidisse aceitar o valor referente ao capital social, entendendo que as alternativas constantes do dispositivo legal acima poderiam ser consideradas como equivalentes, ainda assim a empresa seria inabilitada, pois, conforme se depreende da análise do relatório VI do SICAF, a empresa Mosteiro comprovou possuir um Capital Social de R\$30.000,00 (trinta mil reais), valor este insuficiente ao mínimo exigido no edital para habilitação da licitante. Resta ainda esclarecer que o objetivo da Administração ao exigir a comprovação do Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% do valor da contratação, é conferir ao certame a participação de empresas que se demonstrem financeiramente saudáveis para assumir e executar satisfatoriamente o objeto da licitação.

Na verdade, muito embora a licitação pública seja orientada por princípios gerais de direito, porquanto, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.666/93, deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, constitui ela própria inquestionável princípio que informa e orienta a conduta da Administração.

A seu turno, erigido como um dos pilares da licitação, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser rigorosamente obedecido pela Comissão, pois, segundo Hely Lopes Meirelles *"nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)"*.

Feitas estas considerações e diante dos pareceres encaminhados com a finalidade de subsidiar a Comissão em seu julgamento, decidiu-se o seguinte:

I – INABILITAR as empresas, **Construtora Astúrias Ltda. e Mosteiro Engenharia Ltda.**, por desatendimento às exigências editalícias, conforme acima demonstrado;

II – Julgar HABILITADAS as empresas **Tema Incorporação e Construção Ltda. e Ether Construções Ltda.** a continuarem sua participação no certame.

# L Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Nada mais havendo para se tratar, a Comissão encaminhou o resultado deste Julgamento para publicação no Diário do Judiciário Eletrônico - DJE e encerrou a reunião, lavrando a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

  
Jussara Hamacek Pinto  
5338-9

 4302-6  
Valéria da Silva Tavares

  
Wilber Martins de Souza  
68338